

### CONTRATO N.º 245/2021

#### CONCURSO PÚBLICO N.º 5/2021/DICP – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR LOTES, DE MEDICINA DO TRABALHO, MEDICINA CURATIVA, ENFERMAGEM DO TRABALHO E EXAMES COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO, NA MODALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUA – LOTE 2

Entre:

**ANABELA FERNANDES DA GRAÇA**, natural de [REDACTED] concelho de [REDACTED] portadora do Cartão do Cidadão número [REDACTED], na qualidade de Vice-Presidente da Câmara e em representação do Município de Leiria, NIPC 505 181 266, no uso da competência que lhe é atribuída pelo n.º 3 do artigo 57.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, conjugado com a alínea f) do n.º 2 artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 9 de janeiro, como Primeiro Outorgante.

e

**Jorge Filipe Araújo Pontes**, natural da freguesia [REDACTED] concelho de [REDACTED] portador do Cartão de Cidadão número [REDACTED], residente em [REDACTED], contribuinte número [REDACTED], na qualidade de representante legal, conforme certidão permanente que se arquiva no maço de documentos relativo a este contrato, intervêm em nome e representação da entidade denominada **SEPRI – Medicina no Trabalho, Lda.**, com o capital social de € 30.000,00 e cujos documentos se encontram depositados na Conservatória do Registo Comercial de Braga, com sede em Rua Dr. Loureiro de Amorim, n.º 7 - 4704 513 Braga, pessoa coletiva número 503 786 730, como Segundo Outorgante.

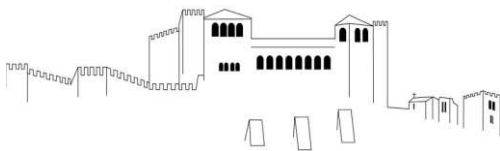
Tendo em conta a decisão de adjudicação e aprovação da minuta do contrato por despacho de 08/09/2021, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, relativa ao procedimento por concurso público n.º 5/2021/DICP - **Contratação de serviços, por lotes, de medicina do trabalho, medicina curativa, enfermagem do trabalho e exames complementares de diagnóstico, na modalidade de prestação de serviços contínua – Lote 2**.

Considerando que a despesa inerente ao contrato será satisfeita pela classificação orgânica e económica 02/010301, compromisso número 3433/2021, autorizado em 06/09/2021, contração de dívida n.º 5606/2021, e que foi autorizada a assunção do compromisso plurianual, por deliberação da Assembleia Municipal de Leiria de onze de dezembro de dois mil e vinte, aquando da aprovação dos documentos previsionais para dois mil e vinte e um.

É celebrado o presente contrato, nos termos das seguintes cláusulas:

#### Cláusula 1.ª | Objeto do contrato

O Segundo Outorgante obriga-se a prestar ao Primeiro Outorgante **Prestação de Serviços de Enfermagem do Trabalho e Exames Complementares de Diagnóstico**, nos termos definidos para o **Lote 2** na Parte II - Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.



### **Cláusula 2.ª | Preço Contratual**

1- Pelos serviços associados previstos na cláusula anterior, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante os serviços efetivamente realizados, de acordo com a lista de preços unitários, até ao valor de **€43.264,26** ((quarenta e três mil duzentos e sessenta e quatro euros e vinte e seis cêntimos), isento de IVA;

2- O preço contratual corresponde ao preço a pagar, em resultado da proposta adjudicada, para execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, para um período de vigência inicial de 12 meses, incluindo a possibilidade de renovação, por mútuo acordo, por iguais períodos, até ao limite de 36 meses, resultando assim num encargo máximo anual máximo de **€14.421,42** (catorze mil quatrocentos e vinte e um euros e quarenta e dois cêntimos), isento de IVA.

### **Cláusula 3.ª | Condições de Pagamento**

As quantias devidas pelo Município de Leiria, deverão ser pagas após a receção, pelo contraente público, das respetivas faturas, **no prazo de 30 dias**, as quais só poderão ser emitidas após vencimento da obrigação respetiva.

### **Cláusula 4.ª | Duração do Contrato**

1- O contrato vigorará pelo prazo de 12 meses, contados a partir do dia seguinte à data da celebração do respetivo contrato escrito, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2- O contrato poderá ser renovado por iguais períodos, por acordo entre ambas as partes.

3- A duração total do contrato, incluindo eventuais renovações, não poderá ir além dos 36 meses.

### **Cláusula 5.ª | Penalidades contratuais**

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Leiria poderá aplicar ao prestador de serviços o regime de penalidades previsto na Cláusula 10.ª da Parte I do Caderno de Encargos.

### **Cláusula 6.ª | Gestor contrato**

Em cumprimento do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o acompanhamento da execução do contrato será assegurado pela Dirigente da Divisão de Recursos Humanos, Senhora [REDACTED], enquanto Gestora de Contrato.

### **Cláusula 7.ª | Identificação dos Profissionais**

Em cumprimento do disposto na alínea c. do n.º 2 da Cláusula 5.ª da Parte II – Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos, os profissionais a afetar à prestação de serviços são os seguintes:

### **Cláusula 8.ª | Seguros**

1 - Serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.

2 - O Município de Leiria poderá, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de **5 dias úteis**.

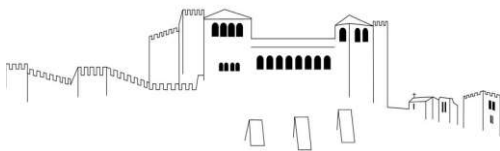
### **Cláusula 9.ª | Documentos integrantes do contrato**

Fazem parte integrante do contrato os documentos referidos no n.º 2 do artigo 96.º do CCP.

### **Cláusula 10.ª | Documentos anexos ao contrato**

O segundo outorgante exibiu os seguintes documentos:

- Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
- Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social;
- Declaração de situação regularizada relativamente a impostos;



- d. Certificados de registo criminal da sociedade adjudicatária e dos titulares do conselho de administração, em efetividade de funções;
- e. Cópia da Certidão Permanente da Sociedade;
- f. Cópia do Cartão de Cidadão da pessoa que intervém no contrato.
- g. Documento comprovativo de que a pessoa que intervém no contrato tem poderes para tal.

O presente contrato foi escrito em 2 páginas, rubricadas pelos mencionados outorgantes.